

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Votorantim e fundo canadense arrematam Cesp	2
Título: Dólar recua 0,26%, a R\$ 3,715, na quinta semana de queda	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Governo estuda decreto para viabilizar leilão de energia que eleva conta de luz	4
Título: Votorantim e fundo CPPIB do Canadá arrematam Cesp	6
Título: Chinesa State Power negocia 2 hidrelétricas e 2 termelétricas no país	8
Título: BNDES aprova R\$ 181 milhões para State Grid Brazil	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Sem mágica para zerar o déficit	9
Título: Com lance de R\$ 1,7 bi, Votorantim e fundo canadense levam controle da Cesp	11
Título: A Síndrome do Lucro	13

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/10/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Votorantim e fundo canadense arrematam Cesp**

Em leilão sem disputa, consórcio oferece R\$ 1,7 bi pela fatia do governo de São Paulo. Ações da companhia dispararam 16,12%

O Consórcio São Paulo Energia, formado pela Votorantim Energia e pelo fundo de pensão canadense CPPIB, arrematou ontem o controle acionário do governo paulista na elétrica Cesp, em um negócio que envolverá mais de R\$ 3 bilhões. Com a venda, as ações da companhia dispararam e fecharam em alta de 16,12%, a R\$ 17,65, no maior avanço em mais de dois anos.

O consórcio, no qual cada empresa tem fatia de 50%, ofereceu R\$1,7 bilhão pela fatia do governo na companhia, de 40,6% do capital num certame sem disputa. O lance representa ágio de 2,09%. A Cesp é concessionária de geração de energia em São Paulo. A companhia conta com três usinas hidrelétricas: Jaguari, Paraibuna e Porto Primavera. Além do lance de R\$ 1,7 bilhão, o consórcio vai desembolsar mais R\$ 1,4 bilhão referente à renovação da outorga da usina de Porto Primavera, que será pago ao governo federal.

Está previsto ainda o pagamento de mais R\$ 200 milhões pelas ações dos empregados da Cesp que entraram no negócio. Os papéis da Cesp têm 100% de tagalong, um mecanismo de proteção a acionistas minoritários. Ele garante ao investidor o direito de receber 100% do valor pago por ação ao controlador se houver venda da companhia.

No caso da Cesp, o preço pago por papel ficou em R\$ 14,60. Isso indica que o investimento do consórcio poderá ser ainda maior se os minoritários aceitarem vender suas ações por este preço. Relatório do Bradesco BBI, assinado por Francisco Navarrete, Bruno Arruda e Victor Oliveira, afirma que os acionistas não devem aproveitar o momento para se desfazer de suas participações.

Eles afirmam que a companhia privatizada poderia valer R\$ 27 por ação. “Valor da Cesp está em dar uma guinada em seu balanço conturbado, reduzindo obrigações e contingências, além de diminuir os custos operacionais para níveis observados em pares do setor privado”, avaliam.

FOCO EM ENERGIA RENOVÁVEL

A Votorantim Energia e o fundo canadense já têm uma joint venture (empresa em parceria) focada em investimento e desenvolvimento do setor de geração

de energia no Brasil, formada em 2017. “Temos interesse em investir em energias renováveis no Brasil, e a Cesp faz parte dessa estratégia”, afirmou o presidente da Votorantim Energia e do Conselho da joint venture, Fabio Zanfelize, após o certame.

Inicialmente, o leilão chegou a atrair o interesse do fundo soberano de Cingapura, das gestoras de recursos Pátria Investimentos e da Squadra Investimentos, mas somente uma oferta foi feita. A estratégia a ser aplicada na empresa dependerá de aprovações regulatórias, incluindo a do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O diretor de Infraestrutura para América Latina do CPPIB, Ricardo Szlejf, comemorou o resultado: “Estamos muito satisfeitos com a transação, vemos como expansão da nossa parceria com o grupo Votorantim e também como evidência do compromisso de longo prazo com Brasil e América Latina”. A venda da Cesp encerra uma série de reviravoltas em torno do processo de privatização, iniciado ainda no ano passado.

O leilão chegou a ser agendado para o início deste mês, mas foi adiado em meio a incertezas políticas e regulatórias. Na quinta-feira, uma decisão da Justiça Federal em Presidente Prudente (SP) quase atrapalhou os planos da Cesp ao suspender a renovação do contrato de concessão da hidrelétrica de Porto Primavera, a principal da companhia, com capacidade de geração de 1,54 gigawatts, o que representa quase todo o portfólio da elétrica, de 1,65 gigawatts.

Na manhã de ontem, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo conseguiu tornar nula uma decisão judicial que suspendia o processo de renovação do contrato da hidrelétrica.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/10/2018

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Dólar recua 0,26%, a R\$ 3,715, na quinta semana de queda

Investidores adotam cautela, e Ibovespa perde fôlego, para alta de 0,44%

Os investidores adotaram uma postura de cautela no fim dos negócios ontem, o que reduziu os ganhos. O Ibovespa, principal índice de ações do mercado local, fechou em alta de 0,44%, aos 84.219 pontos. Na máxima, chegou a subir 1,32%. Já o dólar comercial recuou 0,26%, a R\$ 3,715. Segundo a agência Reuters, foi a quinta semana consecutiva de queda da moeda americana, acumulando um recuo de 10,85% no período.

Pela manhã, o resultado da pesquisa de intenção de voto divulgada na véspera impulsionou os negócios. À tarde, o enfraquecimento do mercado no exterior e a proximidade do fim de semana levaram os investidores a pisarem no freio. — A poucos dias de conhecermos o próximo presidente, os investidores não assumem posições de maior magnitude, optando pelo conservadorismo — disse Ricardo Gomes da Silva Filho, diretor da Correparti Corretora de Câmbio.

ELETROBRAS SOBE MAIS DE 5%

Nos Estados Unidos, o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, fechou com alta de 0,26%, enquanto o S&P 500 teve leve queda, de 0,04%. O Dollar Index, da Bloomberg, que mostra o desempenho da divisa frente a uma cesta de moedas, recuou 0,19%. Além do efeito externo, a Bolsa brasileira refletiu um movimento de saída de investidores.

A corretora do banco Merrill Lynch liderou as vendas. Já são seis os pregões consecutivos de saída de estrangeiros da B3 até o dia 17, fazendo com que, no acumulado do mês, o saldo desses investidores na Bolsa esteja negativo em R\$ 293,7 milhões. Na avaliação de Luiz Roberto Monteiro, operador da Renascença Corretora, os investidores também aproveitaram o pregão para vender ações que acumularam valorização nos últimos dias, a fim de embolsar parte dos ganhos.

Ontem, os papéis ordinários (ON, com direito a voto) da Petrobras subiram 1,01%, a R\$ 28,94, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) avançaram 0,86%, a R\$25,92. As ações da estatal se beneficiaram da valorização do petróleo no exterior: o barril do tipo Brent subiu 0,62%, a US\$ 79,78.

A maior alta do Ibovespa foi dos papéis PN Eletrobras: 5,97%, a R\$ 25,19. As ações ON subiram 5,47%, a R\$ 21,78. Os bancos também avançaram. Banco do Brasil ON teve ganho de 0,84%, e Bradesco, de 0,34%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo estuda decreto para viabilizar leilão de energia que eleva conta de luz

Alteração legal não é consenso entre os órgãos do setor; para técnicos, há risco de judicialização

O governo estuda fazer uma alteração legal, por meio de decreto, para viabilizar um leilão polêmico de usinas térmicas no Nordeste —que, na prática, deverá elevar a conta de luz de todos os consumidores de energia, famílias e empresas.

A ideia é criar um novo conceito de contratação, o chamado “leilão de potência”.

Para isso, seria feita uma mudança em um decreto de 2008, que regulamenta os leilões de reserva —um tipo de contratação em que o governo compra a energia que será gerada para viabilizar o empreendimento e repassa os custos para a conta de luz.

Hoje, esse decreto prevê apenas a contratação de energia de reserva. Agora, o governo estuda incluir no texto a contratação de potência, que não existe na lei.

A diferença entre os modelos é que, no caso da potência, o objetivo é contratar usinas para entregar energia quando há picos de demanda —por exemplo, no caso de escassez hídrica ou quando o consumo tem um forte aumento.

Uma minuta com essas alterações já teria sido elaborada pelos órgãos responsáveis por planejar o setor elétrico.

No entanto, não há consenso sobre essa mudança, que tem como objetivo viabilizar o leilão de usinas térmicas a gás natural no Nordeste.

Além de a própria realização do leilão ser controversa, analistas do setor questionam que essa mudança legal seja feita, via decreto, por um governo em fim de mandato —e, ainda por cima, em meio a um conturbado processo eleitoral.

Há dúvidas sobre uma possível judicialização dessa alteração na lei, que seria forte candidata a ser alvo de questionamento pelo TCU (Tribunal de Contas da União), afirmam pessoas que acompanham o assunto.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia preferiu não comentar o tema.

A realização do leilão de térmicas no Nordeste já foi anunciada pela pasta e tem sido defendida por parte dos técnicos do governo.

Eles afirmam que a contratação das usinas é importante para garantir a segurança energética da região, que vem sofrendo com secas prolongadas que reduziram a geração hidrelétrica e tem levado ao acionamento de térmicas movidas a óleo, ainda mais caras e poluentes.

A ideia, segundo os defensores do leilão, é substituir essas usinas, cujos contratos vencerão nos próximos anos, por outras térmicas, agás.

Aqueles que criticam o projeto, por sua vez, dizem que essa substituição de térmicas a óleo poderia ser feita por meio dos leilões regulares, nos quais a energia é contratada pelas distribuidoras dos estados e os custos não recaem na conta de luz dos consumidores.

O impacto na conta de luz seria de R\$ 2 bilhões anuais por 20 anos, segundo a Abrace (associação de grandes consumidores de energia industriais).

Outra crítica é ao modelo de contratação regional, que restringiria a participação apenas ao Nordeste. Para técnicos, isso contraria o sistema brasileiro, interligado por linhas de transmissão, considerado eficiente e seguro porque possibilita transferência de energia entre regiões a depender da necessidade.

Além disso, empresas questionam que esse modelo restringe a competição às companhias que já atuam na região.

Há ainda um questionamento em relação à falta de estudos técnicos que embasam a decisão de realizar o leilão.

Desde que a disputa foi relevada pela Folha, em julho deste ano, quando já havia uma queda de braço entre membros dos órgãos do setor, a reportagem vem solicitando esses estudos —que, até agora, não foram enviados.-

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Votorantim e fundo CPPIB do Canadá arrematam Cesp

Consórcio paga R\$ 1,7 bi ao governo paulista e outro R\$ 1,4 bi à União por usina

O Consórcio São Paulo Energia, formado pela Votorantim Energia e pelo fundo de pensão canadense CPPIB, arrematou nesta sexta-feira (19) a fatia do governo paulistana Cesp, a companhia geradora de energia elétrica no estado de São Paulo.

O consórcio ofereceu R\$ 14,60 por ação, com ágio de cerca de 2% —R\$ 1,7 bilhão no total. Outros R\$ 1,4 bilhão serão pagos ao governo federal pela renovação da outorga da usina de Porto Primavera.

O grupo, no qual cada empresa tem 50%, pagará ainda mais R\$ 200 milhões pelas ações dos empregados da Cesp que entraram no negócio, ficando assim com uma fatia total de 40,6% na elétrica.

Ações da Cesp têm 100% de “tag-along”, mecanismo de proteção que garante a acionistas minoritários, em caso de venda da empresa, o pagamento do mesmo valor oferecido ao controlador de companhia aberta lista da embolsa.

Isso indica que o investimento do consórcio poderá ser ainda maior, se os acionistas minoritários aceitarem vender suas ações pelo mesmo valor pago ao governo paulista.

“A nossa recomendação é não oferecer”, afirmou em nota a equipe do Bradesco BBI liderada por Francisco Navarrete, ressaltando que o valor da Cesp está na melhora de seu balanço, o que significa redução e renegociação dos passivos e contingências, além de corte em custos operacionais.

Perto do fechamento, as ações da Cesp operavam em alta de mais de 14%.

A Votorantim Energia e o fundo canadense já têm uma parceria focada em investimento e desenvolvimento do setor de geração de energia no Brasil, formada em 2017.

“A criação dessa joint venture foi feita em dezembro do ano passado. Temos interesse em investir em energias renováveis no Brasil, e a Cesp faz parte dessa estratégia”, disse o presidente da Votorantim Energia e do Conselho da joint venture, Fabio Zanfelicce após o certame.

O leilão da Cesp, inicialmente, também atraiu o interesse do fundo soberano de Cingapura (GIC), assim como das gestoras de recursos Pátria Investimentos e Squadra Investimentos.

Segundo uma fonte que não quis ser identificada, toda a estratégia a ser aplicada na Cesp dependerá das aprovações regulatória, incluindo a do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O diretor de Infraestrutura para América Latina do CPPIB, Ricardo Szlejf, comemorou o resultado.

“Estamos muito satisfeitos com a transação, vemos ela como expansão da nossa parceria com o grupo Votorantim e também como evidência do compromisso de longo prazo com Brasil e América Latina”, declarou Szlejf.

A concretização de venda da Cesp encerra uma série de reviravoltas em torno do processo de privatização, iniciado ainda no ano passado.

Depois, o leilão chegou a ser agendado para o início deste mês, mas foi adiado para esta sexta-feira em meio a incertezas políticas e regulatórias.

Na quinta-feira (18), uma decisão da Justiça Federal em Presidente Prudente (SP) quase atrapalhou os planos da Cesp ao suspender a renovação do contrato de concessão da hidrelétrica de Porto Primavera, a principal da companhia, com capacidade de geração de 1,54 GW (giga-watts), o que representa quase todo o portfólio da elétrica, de 1,65 GW.

Na manhã desta sexta-feira, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo conseguiu tornar nula uma decisão judicial que suspendia o processo de renovação do contrato da hidrelétrica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Chinese State Power negocia 2 hidrelétricas e 2 termelétricas no país

A chinesa Spic (State Power Investment Corporation) está negociando a aquisição de mais duas hidrelétricas e duas termelétricas no Brasil, disse uma pessoa com conhecimento sobre a questão.

Uma das hidrelétricas é a usina Três Irmãos, de 800 megawatts no estado de São Paulo, controlada pelo grupo de infraestrutura brasileiro Triunfo Participações e Investimentos (TPI), disse a fonte, que pediu anonimato.

O jornal Valor Econômico reportou as negociações sobre a usina Três Irmãos na quinta-feira (18). A State Power e a Triunfo não quiseram comentar o assunto.

A fonte acrescentou, porém, que as negociações com a Triunfo não seriam fáceis, porque a empresa foi mencionada por promotores brasileiros neste mês por não colaborar com investigação sobre um caso de corrupção envolvendo operações rodoviárias.

A companhia estatal chinesa deve apresentar oferta até o fim deste mês pelo controle da hidrelétrica Santo Antônio, em Rondônia. As negociações de compra se estendem por quase dois anos.

A State Power está considerando também fazer uma oferta por duas usinas termelétricas de carvão detidas pela francesa Engie, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Engie, que colocou as usinas à venda há seis meses, disse que o processo de venda está “acontecendo”.

A presidente da State Power no Brasil, Adriana Waltrick, disse à Reuters em maio que a empresa queria continuar a investir em aquisições após pagar US\$ 2,25 bilhões (R\$ 8,34 bilhões) por uma licença para operar a usina hidrelétrica São Simão, anteriormente da Cemig.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: BNDES aprova R\$ 181 milhões para State Grid Brazil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou o financiamento de R\$ 181 milhões para obras de reforço da interligação elétrica e energética da região Centro-Oeste, com melhoria no sistema de transmissão no Baixo Araguaia e na região norte de Mato Grosso, informou o banco nesta sexta-feira (19).

O financiamento será destinado à Canarana Transmissora de Energia, controlada pela State Grid Brazil, braço da chinesa State Grid.

“O projeto possibilitará condições mais favoráveis para o desenvolvimento regional e o crescimento econômico das atividades agroindustriais típicas do estado de Mato Grosso”, disse o BNDES em comunicado.

O investimento total nas obras de interligação será de R\$ 3n, 6 milhões, sendo 56% composto por financiamento direto do BNDES e 19% de debêntures de infraestrutura.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: Sem mágica para zerar o déficit

Não existe condão mágico para uma reversão rápida e permanente do quadro de déficit estrutural das contas públicas. A ideia de que é possível zerar o déficit até o fim do primeiro ano do presidente eleito, proposta pelo candidato líder das pesquisas Jair Bolsonaro (PSL), não encontra sustentação na realidade dos números.

Muito menos a expectativa que ronda o mundo político, desde o ano passado, de que dá para fazer esse movimento brusco com base na previsão de receita futura com o leilão dos barris excedentes da cessão onerosa do pré-sal. Mesmo que o próximo governo consiga obter R\$ 100 bilhões com o leilão dos barris como se espera, depois de resolver o complexo imbróglio jurídico e contábil para o fechamento do acordo de revisão do contrato entre União e Petrobrás, ainda assim faltaria receita para cobrir o rombo de R\$ 139 bilhões previsto para o resultado das contas do governo federal no ano que vem.

O governo ainda teria de pagar bilhões à Petrobrás pela revisão dos parâmetros e encontrar uma forma de fazer registrar essa despesa fora do teto de gastos (mecanismo que impede que as despesas subam acima da inflação) – possibilidade que encontra resistência na área técnica e pode trazer problemas, no futuro, com o Tribunal de Contas da União para a autoridade que botar o seu CPF na operação.

A não ser que o presidente eleito proponha um forte aperto fiscal com alta de tributos, possibilidade já descartada pelos dois candidatos ao Palácio do Planalto – Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) –, a zeragem do déficit exigiria medidas estruturais com impacto não imediato. É o caso de mudanças nas regras do abono salarial e da própria reforma da Previdência que voltaram ao centro do debate fiscal.

Caso seja aprovada uma alteração nas regras do abono, o que demandaria alteração na Constituição, a economia de recursos só valeria para 2020. Em 2019, serão pagos compromissos assumidos com o abono em 2018. E assim por diante, como estabelece a regra de pagamento do benefício que assegura um salário mínimo anual aos trabalhadores que recebem em média até dois salários mínimos. Por tanto, mesmo que o presidente eleito consiga enfrentar as resistências históricas no Congresso e aprovar a mudança no abono, o impacto só se daria em 2020.

A mesma lógica vale para a Previdência, medidas que tiram as “amarras” orçamentárias e privatizações que levam tempo para serem aprovadas e concluídas. Técnicos do governo envolvidos há pelo menos quatro anos em sucessivas tentativas de medidas de aumentar as receitas e reduzir despesas – boa parte delas sem sucesso por resistência do Congresso – enxergam um espaço mínimo de medidas que podem ser adotadas com efeito em 2019 com potencial de derrubar o déficit.

É bom lembrar que até propostas defensáveis do ponto de vista distributivo de renda – como a mudança na tributação do Imposto de Renda dos fundos exclusivos – não passaram pela barreira organizada pelos deputados e senadores. A ideia voltou a entrar no circuito na eleição e para valer em 2019

teria de ser aprovada até o fim do ano pelo Parlamento atual que será substituído a partir de fevereiro com uma renovação de 52% depois das eleições.

Votações dos últimos dias no Congresso também aumentaram a fatura para o próximo presidente. Se a Eletrobrás não for vendida, como se esperava até agora, a conta aumenta em mais R\$ 13 bilhões. Mais uma vez está faltado pragmatismo na avaliação das ações fiscais. O problema fiscal é estrutural e não será resolvido com medidas conjunturais que antecipam receitas futuras.

Com mais chance de chegar à Presidência, Bolsonaro esconde o jogo quando o assunto é contas públicas. Se ganhar a eleição, seu time terá com certeza choque de realidade. O que vale também para Haddad. Pode ser que, aí, o vencedor atenda as recomendações de que é melhor tocar desde já uma reforma da Previdência para abrir o caminho para o processo de consolidação fiscal.

É JORNALISTA DO BROADCAST

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet Letícia Fucuchima

Título: Com lance de R\$ 1,7 bi, Votorantim e fundo canadense levam controle da Cesp

Leilão. Em oferta única, o Consórcio São Paulo Energia, formado por Votorantim Energia e o fundo de pensão CPPIB, arrematou fatia de 35,6% da elétrica que pertencia ao governo do Estado; ações da companhia terminaram o pregão de ontem com alta de 16%

O governo de São Paulo conseguiu realizar ontem o leilão de privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), após quatro tentativas frustradas nos últimos anos. O consórcio São Paulo Energia, formado por Votorantim Energia e o fundo de pensão Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), comprou as ações do governo paulista no bloco de controle na empresa elétrica com um lance de R\$ 1,7 bilhão. Foi a única oferta. Após o resultado do leilão, as ações da Cesp na Bolsa subiram 16,12%.

Os sócios, que já possuíam uma joint venture para investimentos em energia, ofereceram R\$ 14,60 por ação, o que corresponde a um ágio de 2,09% em comparação ao preço mínimo de R\$ 14,30 por ação estabelecido no leilão. A operação abarca 116,4 milhões de ações pertencentes ao governo paulista – correspondentes a 35,6% do capital social da Cesp. O restante da fatia do

governo, cerca de 5%, será destinado aos empregados da estatal, o que deve aumentar o valor arrecado pelo Estado para R\$ 1,9 bilhão.

Desembolso.

O consórcio comprador terá de ampliar a oferta para os acionistas minoritários. Se todos decidirem vender suas ações pelo mesmo valor pago ao governo paulista, o desembolso do consórcio pode chegar a R\$ 4,8 bilhões. O grupo ainda deverá pagar R\$ 1,397 bilhão de outorga pela renovação antecipada da concessão da usina de Porto Primavera, por 30 anos, até 2048. Considerando a renovação, o valor do negócio pode superar os R\$ 6 bilhões.

“A criação da joint venture com a CPPIB foi feita em dezembro do ano passado e temos interesse em investir em energias renováveis no Brasil e a Cesp se encaixou exatamente nessa estratégia de crescimento”, disse o presidente da Votorantim Energia, Fabio Zanfelicce. A parceria representou o primeiro investimento em infraestrutura do fundo canadense no Brasil que, à época, havia anunciado a intenção de investir R\$ 3 bilhões em ativos de geração de energia no País.

Risco.

Às vésperas do leilão, a publicação de uma decisão judicial que suspendia a renovação da concessão de Porto Primavera, a principal usina da companhia, quase atrapalhou o processo de venda. Mas o governo paulista correu na manhã de ontem para reverter a sentença do juiz Newton José Falcão, da 2.ª Vara Federal de Presidente Prudente, e obteve um mandado de segurança para suspender os efeitos da sentença do juiz.

A suspensão da renovação atendia a um pedido de uma ação civil pública em nome do Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo. Além de Porto Primavera, localizada no Rio Paraná, a Cesp opera outras duas usinas hidrelétricas, Jaguari e Paraibuna, no Rio Paraíba. Juntas, as três usinas somam 1.654MW -de capacidade instalada.

Só Porto Primavera responde por 1.540 MW. O governador de São Paulo, Marcio França, disse que os recursos já estavam previstos no orçamento do Estado e devem colaborar para o fechamento das contas em 2018. O secretário da Fazenda de São Paulo, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, destacou que a privatização da Cesp foi concluída após 22 anos de tentativas de se realizar a operação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/10/2018****Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: A Síndrome do Lucro**

Nos governos do PT criaram-se duas síndromes em relação ao lucro. A primeira foi o fato de o governo estar sempre mais preocupado com o quanto as empresas iriam ganhar do que com o cumprimento do investimento, a qualidade do serviço a ser prestado e mesmo o preço. Isso ficava claro quando, por exemplo, o governo estabelecia taxas de retorno abaixo do mercado em leilões de infraestrutura. Eram as chamadas taxas de retorno patrióticas.

A tentativa de regular a taxa de retorno de quem assume o risco de empreender atrasou em muito o investimento em infraestrutura no País e resultou em inúmeros prejuízos à população. A segunda síndrome era de propiciar lucros não pela eficiência e produtividade das empresas, e sim por uma quantidade significativa de subsídios pagos pelos consumidores. Um exemplo são as fontes renováveis de energia.

A retirada dos subsídios, de forma igualitária, para todas as renováveis poderá representar uma nova fase de amadurecimento destes setores, com o desejado efeito de diminuir a tarifa para o consumidor. Essas duas síndromes precisam ser eliminadas no novo ciclo de crescimento dos investimentos em infraestrutura. Só assim voltaremos a ter estabilidade regulatória, segurança jurídica e a alcançar o aumento de eficiência e produtividade.

O governo Temer atacou a primeira síndrome realizando, por exemplo, leilões de transmissão no setor elétrico usando taxas de retorno de mercado. Esses leilões tiveram total sucesso e os deságios obtidos foram significativos. Porém um ponto tem chamado a atenção nos leilões e nas vendas de empresas no setor elétrico brasileiro: na grande maioria das vezes, os elevados deságios e as aquisições de empresas foram efetuados por estatais estrangeiras, que acabam por trazer de volta as taxas de retorno patrióticas e, por isso, podem fazer lances mais agressivos.

Com isso o controle e os novos investimentos, em grande parte, continuam nas mãos de estatais, só trocando o idioma. Tal avanço já é bem evidente na distribuição de energia elétrica, que tem mais de 52% do mercado nas mãos de companhias estrangeiras.

Das empresas estrangeiras atuantes na distribuição brasileira, 50% estão sob controle de estatais chinesas. O percentual estrangeiro na distribuição foi

consolidado com a recente aquisição da Eletropaulo pela Enel, empresa italiana cujo maior acionista é o Ministério de Economia e Finança italiano.

Com a aquisição, a Enel, que também atua nos segmentos de geração e transmissão, dá um salto no setor de distribuição, tornando-se a maior empresa do segmento. Sem considerar a aquisição da Enel, desde 2016 ocorreram quatro outras operações de fusões e aquisições na distribuição, sendo três delas com capital de origem estrangeira estatal e uma com capital estrangeiro privado.

Os segmentos de geração e transmissão, apesar de ainda serem dominados por empresas estatais/estaduais, também contam com a participação do capital internacional estatal. Na geração de energia elétrica, 44% da capacidade instalada do País pertence às companhias estatais/ estaduais, e a Eletrobrás é responsável por 31% do total.

O capital internacional representa 21% da capacidade instalada brasileira, e a maior parcela, ou 39%, é de posse das estatais chinesas. Cerca de 62% da extensão das linhas de transmissão do País é de domínio de empresas estatais/estaduais, sendo 55% desse total pertencente à Eletrobrás. As companhias estrangeiras respondem por 23% das linhas de transmissão no País, dos quais 26% são pertencentes aos chineses.

O crescimento do investimento estrangeiro é benéfico para o País, o que as autoridades devem se pautar é na criação de um ambiente de negócios competitivo. Cabe ao Estado a tutela do interesse nacional. Em economias liberais como a da Austrália houve um veto à compra de ativos no setor elétrico e à de imóveis por empresas chinesas.

Nos Estados Unidos existe um órgão de governo que analisa a entrada e o poder de concentração de empresas estrangeiras em determinados setores da economia. Quem ganha é o consumidor.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

MME / ASCOM .